

RELATÓRIO GERENCIAL AGO | 2025

**SNID11**SUNO INFRA DEBÊNTURES FI EM COTAS DE
FUNDOS INCENTIVADOS DE INVESTIMENTO
EM INFRA RENDA FIXA CP**CNPJ**

48.969.881/0001-80

INÍCIO DO FUNDO

DEZEMBRO/2022

ADMINISTRADOR

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

PÚBLICO-ALVO

INVESTIDORES EM GERAL

GESTOR

SUNO GESTORA DE RECURSOS LTDA

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

0,10% A.A.

TAXA DE GESTÃO

0,85% A.A

TAXA DE PERFORMANCE

N/A

**SUNO INFRA DEBÊNTURES FI EM COTAS DE
FUNDOS INCENTIVADOS DE INVESTIMENTO EM
INFRA RENDA FIXA CP**

O Suno Infra (SNID11) é um Fi-Infra, um produto de renda variável que investe em ativos de renda fixa (debêntures), em sua maioria debentures incentivadas (títulos de renda fixa emitidos por empresas que realizam projetos de infraestrutura). Tais debentures assim como os fundos são regidas pela lei 12.431/11, que garante a ambos a isenção total de imposto, ou seja, isenção tanto nos rendimentos quanto no ganho de capital. Apesar dos ativos que o SNID possui não serem todos indexados ao CDI, a gestão utiliza derivativos de forma a realizar o swap de indexador, passando a indexar as debêntures em carteira ao CDI, oferecendo um produto com menor volatilidade patrimonial e maior previsibilidade de rendimentos.

SUMÁRIO

INDICADORES	3
DESTAQUES DO PERÍODO	3
CARTA DO GESTOR	4
CENÁRIO MACROECONÔMICO	7
PERFORMANCE/DESEMPENHO	15
GUIDANCE	20
CARTEIRA	21
ALOCAÇÕES	24
DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS ATIVOS	27

INDICADORES

R\$ 0,12

Distribuição por cota

13,16%

Dividend Yield (12 meses)*

15,21%

Dividend Yield Anualizado

R\$ 10,30

Cota Patrimonial*

R\$ 10,11

Cota Fechamento de Mercado*

0,98

P/VP*

R\$ 74,21 mi

Patrimônio Líquido*

R\$ 104 mil

Volume diário médio (agosto)

8.892

Número de cotistas*

CDI + 2,11%

Carrego do fundo

4,7 anos

Duration da carteira

7.203.840

Número de cotas

DESTAQUES DO PERÍODO

No mês de agosto, realizamos uma **venda parcial da posição de TESC (CJEN13) no volume de R\$ 1,0 mi**, visando capturar ganhos no mercado secundário, em linha com a maturação da tese de investimentos, e abrindo espaço na carteira para melhores oportunidades de alocação.

Em setembro, o fundo distribuiu **R\$ 0,12** de rendimentos, **mantendo o nível de distribuição em relação ao mês passado**. Esse patamar de distribuição é considerado saudável, especialmente diante do atual patamar da Taxa Selic, que fechou o período em 15,00%.

A distribuição foi de **119,3% do CDI** do período, considerando o gross-up**.

Gestão de carteira: no mês, o fundo realizou a venda no valor de R\$ 1,5 mi de ENGICO, a CDI - 0,20% e uma captação de compromissada no valor de R\$ 1,4 mi, com custo de CDI + 0,80%. Esses dois movimentos foram necessários para liquidar uma alocação realizada no início do mês de setembro, que será devidamente divulgada no próximo relatório gerencial.

*Fechamento 29/08

**Gross-up: é a inserção da alíquota de imposto (IR) em produtos que oferecem isenção tributária, usado para demonstrar qual teria que ser o retorno necessário de produto não isento para se igualar a rentabilidade de um produto isento. A alíquota de IR varia de 22,5% a 15%, conforme o tempo investido no produto.

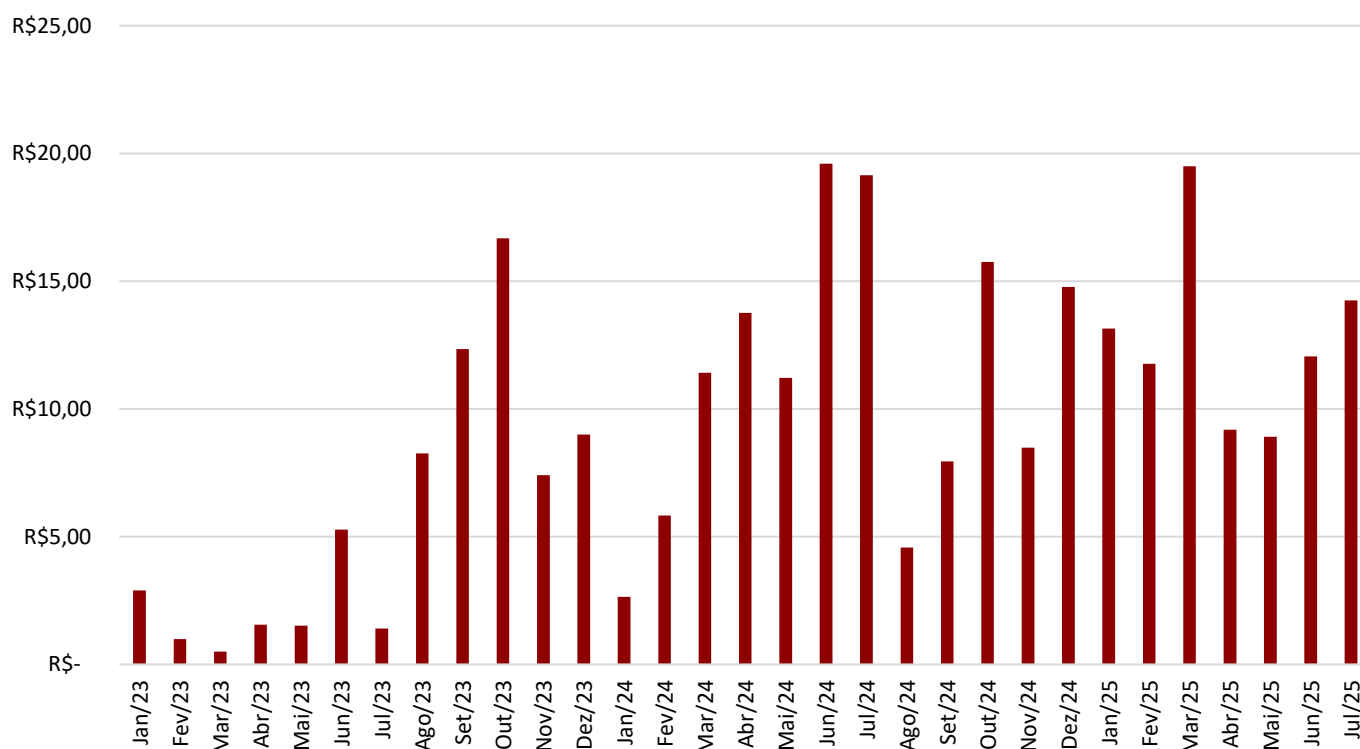
CARTA DO GESTOR

A taxa Selic fechou o mês de agosto em 15,00%, com expectativas de mercado indicando a manutenção da taxa até o final do ano de 2025 e possibilidades de cortes no 1º semestre de 2026. A manutenção da Selic no atual patamar sinaliza o compromisso de cumprimento da meta de inflação, mesmo que na banda superior da meta, algo que também possibilita o SNID a manter o atual patamar de distribuição.

Mercado de Crédito

No mês de agosto, o mercado primário parece ter mantido o nível de emissões do 1º semestre. Segundo dados da Anbima, no mês de julho foram emitidos R\$ 14,25 bi, segundo maior valor para o ano de 2025. Acreditamos que este seja um nível elevado de emissões e provavelmente reduza até o final do ano. Porém, mesmo com esta redução, devemos ver um ano como emissões recordes de debêntures incentivadas. Abaixo, temos o gráfico de emissões mensais onde é possível ver a aceleração de emissões após o mês de maio.

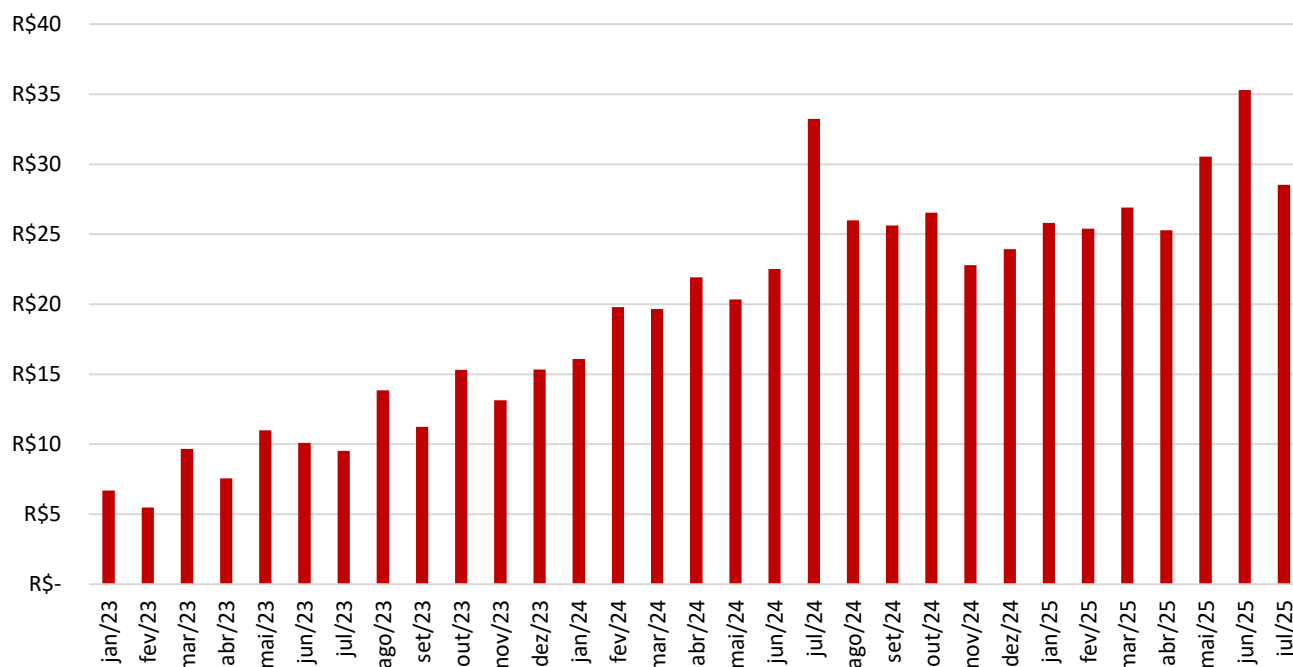
Volume emitido de debêntures incentivadas



Fonte: Anbima / Elaboração: Suno Asset

2025 conta com uma captação recorde para o período acumulado, totalizando R\$ 88,79 bi (crescimento de 6,2% vs 2024). O mercado secundário também continuou aquecido, apesar de uma redução frente ao mês de junho. As negociações de debêntures incentivadas somaram R\$ 28,5 bi em julho, nível que possa se manter acima da média até o final do ano, caso a expectativa de tributação persista.

Volume negociado no mercado secundário de debêntures incentivadas



Fonte: Anbima / Elaboração: Suno Asset

Gestão de Carteira

No mês de agosto, realizamos a venda de R\$ 1,5 mi de ENGIC0, a um spread de CDI - 0,20%. A debênture foi uma alocação pontual, realizada no mês de dezembro como um movimento defensivo frente a um momento de crédito estressado, devido a uma perspectiva desafiadora para o Brasil. Com a melhora das expectativas gerais, o mercado de crédito apresentou uma boa performance com o fechamento dos spreads, e entendemos que um giro no ativo irá oferecer o melhor risco retorno no longo prazo para o fundo.

Além disso, realizamos uma operação compromissada, no valor de R\$ 1,4 mi e custo de CDI + 0,80%. Isso se deve a uma alocação que o fundo realizou na data do dia 03/09, que possui um carregamento superior tanto ao carregamento de ENGIC0, quanto ao custo da compromissada, dessa forma gerando um carregamento positivo para os cotistas.

Resultado do período

No período entre datas-com, de 15 de agosto a 12 de setembro, o fundo apresentou um resultado patrimonial de R\$ 0,23, substancialmente superior ao resultado de carregamento do fundo, que foi de R\$ 0,13. Essa discrepância de R\$ 0,10 foi resultado da alocação de uma debênture na data do dia 03 de setembro, que gerou um ganho devido a metodologia de marcação a mercado do administrador, que marcou ao par uma debênture que o fundo comprou com deságio.

Cabe ressaltar que, devido a metodologia de distribuição adotada pela gestão de distribuir apenas o carregamento, esse ganho extraordinário não irá afetar o rendimento do fundo, e entendemos que no longo

prazo a taxa de carregamento convirja para o PU par caso não haja um eventual desinvestimento, e em caso de desinvestimento, o ganho poderá ser devidamente distribuído aos cotistas.

O SNID, na data de 12/09 apresentou um valor patrimonial por cota de 10,41, evidenciando que mesmo com a distribuição consistente do carregamento, a gestão conseguiu gerar um retorno excedente, que se deve além de fatores como o fechamento geral dos spreads das debêntures incentivadas, também se deve a escolha de bons ativos que formaram uma carteira com um histórico de 0% de inadimplências ou eventos de crédito. Esse ganho excedente poderá ser usado pela gestão para gerar uma menor volatilidade de rendimentos em uma eventual queda de juros.

A debênture em questão será mais bem explicada no relatório gerencial de setembro, que será publicado em outubro, pois a alocação só será publicada ao mercado no final do mês.

Equipe de Gestão, SUNO ASSET.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

Quando Falta Direção, Sobra Volatilidade

“Um dos episódios mais graves, nesse período [2010-2011], ocorreu no campo da política monetária. (...) Para surpresa de todos, no entanto, na reunião seguinte, quando o mercado financeiro julgava que o que se seguiria seria uma nova elevação ou, no máximo, uma pausa, o Banco central [do Brasil] reduziu a taxa de juros em 25 pontos-base e anunciou que novas reduções se seguiriam. (...) Infelizmente, acobertado por uma ferramenta que supostamente seria “científica” [modelos econométricos estimados na época], o Banco Central cedeu aos desejos da presidente da República [Dilma Rousseff], com um custo sobre a sua credibilidade no compromisso com a meta de inflação.”

(Affonso Celso Pastore, Caminhos e descaminhos da estabilização)

Cenário Internacional

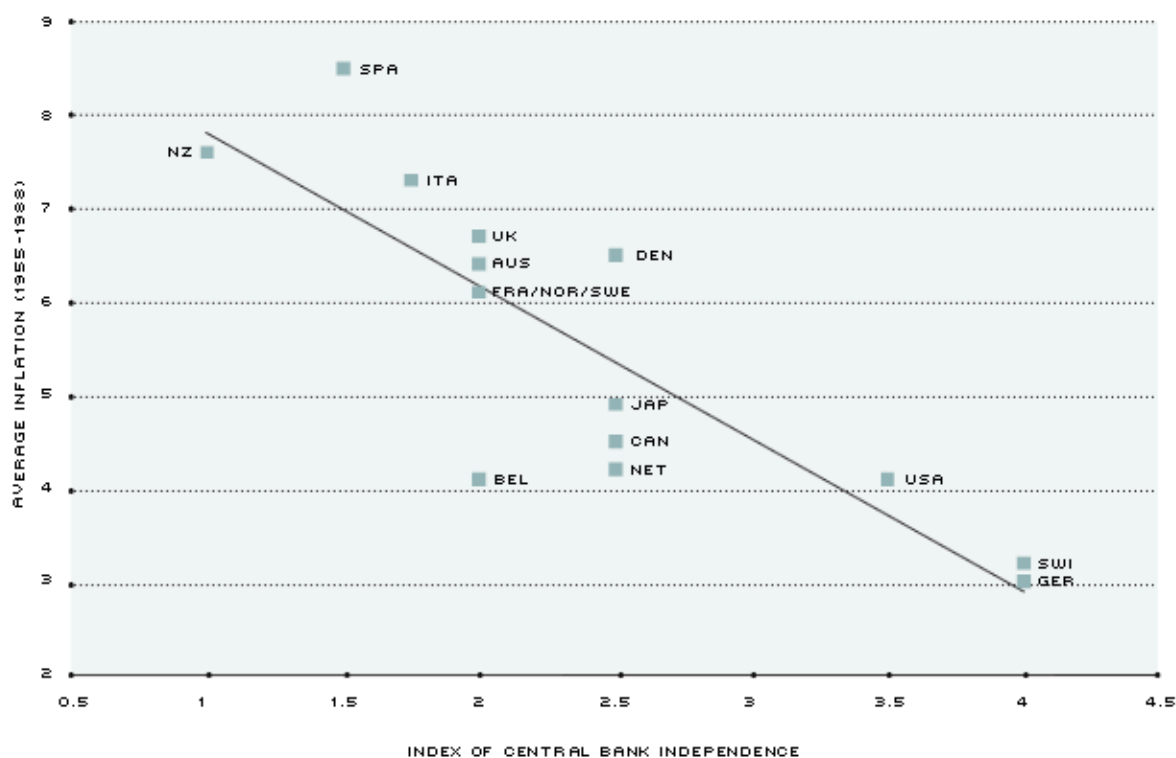
A reflexão do ex-presidente do Banco Central (BC), Affonso Celso Pastore, sobre um episódio recente no Brasil, serve como alerta para os riscos que agora rodam os Estados Unidos. No final de agosto, o atual presidente, Donald Trump, anunciou a demissão da diretora do Federal Reserve, Lisa Cook. Cook afirmou que se mantém no cargo e o caso irá à Justiça.

A medida não representa apenas uma disputa entre Executivo e Fed, mas reacende a discussão sobre a autonomia do banco central, tema já presente quando, meses atrás, também se cogitou a substituição antecipada do atual presidente Jerome Powell durante o seu mandato.

A importância desse debate não é apenas institucional, mas também macroeconômica. A literatura econômica, em especial o artigo de Alesina e Summers (1993), mostra que há uma relação negativa entre independência de bancos centrais e inflação média: países com maior autonomia, como Suíça, Alemanha e Estados Unidos, historicamente registraram taxas inflacionárias mais baixas, enquanto economias com menor grau de independência apresentaram inflação mais elevada – vide o gráfico abaixo.

Outros fatores também tiveram peso no período, como o compromisso com a estabilidade de preços, os ganhos de produtividade, o aumento da concorrência e a maior integração do mercado de trabalho e do comércio com a globalização. Ainda assim, a independência dos bancos centrais foi, sem dúvida, um dos principais elementos para garantir a estabilidade inflacionária ao longo das últimas décadas.

Independência dos Bancos Centrais vs Inflação Média



Fonte: Fed de St. Louis

Preservar a autonomia do Fed, portanto, é um pilar para a manutenção da credibilidade e da estabilidade de preços no longo prazo.

O Nobel em economia, Paul Krugman, destacou recentemente que episódios como a tentativa de demissão de Lisa Cook representam riscos não apenas para o Fed, mas também para a confiança no funcionamento técnico e profissional de toda a estrutura do governo. A mensagem reforça a ideia de que o desgaste institucional pode se refletir em maior incerteza econômica e perda de previsibilidade nas decisões de política monetária.

Caso a Suprema Corte valide a decisão de Trump, aumenta o risco de maior influência do Executivo sobre o colegiado do Fed, já que o Trump passaria a contar com a maioria de diretores de sua indicação. Essa configuração poderia afetar decisões ligadas ao orçamento, ao quadro de pessoal e até a permanência dos 12 presidentes dos Feds regionais. Um arranjo desse tipo reduziria a independência da autoridade monetária, ampliando a volatilidade nos mercados e elevando o prêmio de risco de longo prazo, como já se observou recentemente com a abertura da curva da parte longa das Treasuries norte-americanas e o enfraquecimento do dólar.

Apesar dessas preocupações, é importante lembrar que o Fed dispõe de proteções institucionais relevantes. Criado em 1913 como órgão independente, seus diretores e presidente só podem ser removidos por “justa causa”, conceito que permanece indefinido, mas que oferece uma barreira legal contra interferências arbitrárias. Essa autonomia foi reforçada em 1935, quando a Suprema Corte

estabeleceu que membros de agências reguladoras não poderiam ser demitidos por discordâncias políticas, decisão que consolidou a separação entre Executivo e órgãos técnicos.

Em mai/25, a própria Suprema Corte reforçou que os membros do Conselho do Fed e do FOMC possuem salvaguardas contra demissões sem justa causa. Ainda assim, o fato de o caso ter sido judicializado mantém abertas as incertezas sobre o futuro da instituição e torna difícil mensurar, neste momento, qual poderia ser a magnitude do impacto sobre os mercados.

A incerteza permanece até 2026, quando caberá a Trump a escolha do próximo presidente do Fed e se haverá, de fato, algum grau de interferência na condução da política monetária.

Esse debate institucional ocorre em paralelo a um otimismo dos investidores em relação à possíveis cortes de juros nos Estados Unidos em set/25.

No mês passado, as apostas do mercado em relação à queda de juros ganharam força após declarações mais brandas (*dovish*) de Powell. Ele destacou que, com a política em território restritivo, a evolução do cenário básico e o novo equilíbrio de riscos podem justificar ajustes na postura do banco central.

A combinação entre a expectativa de cortes de juros, bons resultados corporativos — sobretudo das big techs — e de indicadores que reduziram a probabilidade de recessão, levou os principais índices acionários dos EUA a renovarem máximas históricas em agosto, como mostra a figura a seguir.

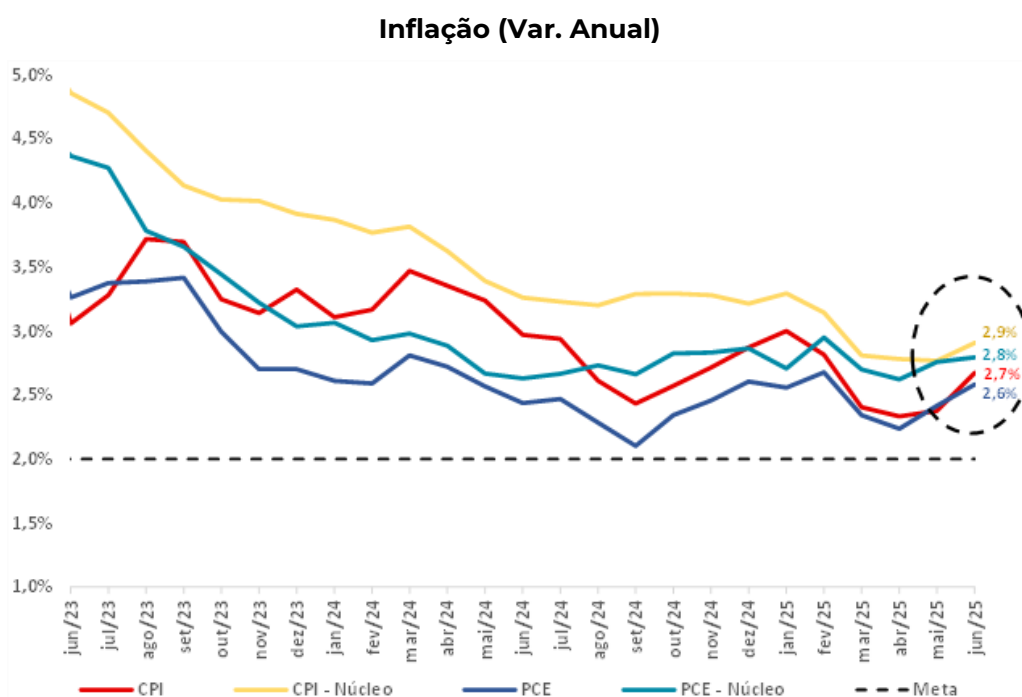


Fonte: Refinitiv / Elaboração: Suno Asset

Em nosso cenário, passamos a considerar corte na taxa de juros de 0,25 p.p. em setembro. A depender da evolução do cenário, uma nova queda poderá ocorrer no quarto trimestre de 2025. No entanto, a implementação das novas tarifas de importação limita o espaço para um ciclo mais agressivo de quedas, já que essas medidas tendem a pressionar a inflação.

A boa notícia é que, uma vez iniciado o ciclo de afrouxamento monetário, a bolsa brasileira tende a se beneficiar do maior apetite ao risco dos investidores estrangeiros.

O desafio, contudo, é que a inflação permanece próxima de 3,0% no acumulado em 12 meses — cerca de 50% acima da meta de 2,0% —, como podemos observar no gráfico abaixo. Nos próximos meses, os índices devem refletir com maior intensidade os efeitos das tarifas. Ao mesmo tempo, os últimos dados de mercado de trabalho reforçaram um enfraquecimento do segmento.



Fonte: BLS / Elaboração: Suno Research

O dilema do Fed é equilibrar o risco de reduzir os juros cedo demais, estimulando a economia antes de garantir a convergência da inflação, com o de esperar mais tempo para avaliar a trajetória inflacionária e, nesse intervalo, intensificar uma desaceleração maior da atividade.

Nesse ambiente e pelas últimas declarações de diretores do Fomc, a reunião de setembro deve revelar novamente divergências no colegiado. Enquanto alguns podem defender cortes imediatos, outros devem preferir apenas sinalizar a possibilidade de ajuste mais à frente.

O problema é que ruídos de comunicação ampliam a volatilidade nos mercados, dificultam a ancoragem das expectativas e tornam mais custosa a calibragem da política monetária. A literatura econômica destaca que, para um banco central, transmitir o plano de voo com clareza

e coesão é fundamental para preservar sua credibilidade, assegurar a eficácia da política e impedir que a incerteza institucional — como a discutida no início deste texto — se some às pressões existentes sobre a economia.

Brasil

No Brasil, os efeitos das tarifas impostas pelos EUA foram atenuados pelo programa de contingência do governo, que envolveu R\$ 30 bilhões em crédito para exportadores que dependem do mercado norte-americano. Essas medidas devem limitar a perda de ritmo de crescimento do PIB em até 0,1 p.p. No entanto, parte dos recursos — cerca de R\$ 9,5 bilhões — foi retirada da meta fiscal, o que fragiliza o arcabouço e reduz a credibilidade fiscal.

No front econômico, a taxa de câmbio real-dólar voltou a se destacar em agosto, acompanhando a trajetória de enfraquecimento global do dólar, cujo índice DXY recuou quase 10% no ano. Além do maior apetite ao risco diante da expectativa de cortes de juros nos Estados Unidos, fatores domésticos também reforçaram a atratividade da moeda brasileira: o elevado diferencial de juros, a bolsa ainda segue barata em dólares e o impacto limitado das tarifas norte-americanas, suavizado pela lista de exceções.

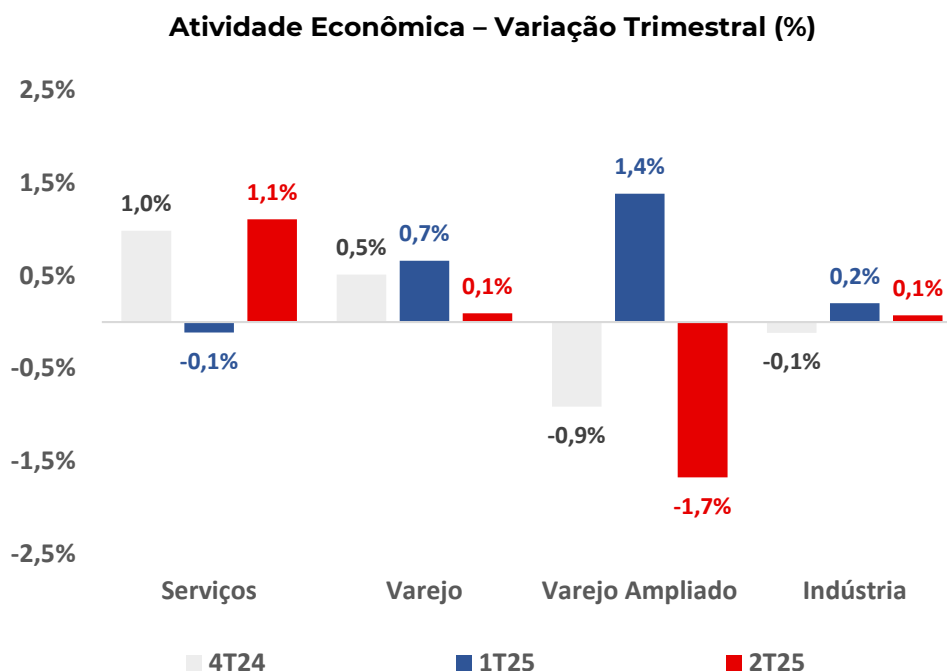
Esses elementos favoreceram a entrada de capital estrangeiro e levaram o câmbio a níveis abaixo de R\$ 5,40. **Para o final de 2025, estimamos um dólar a R\$ 5,65.**

Apesar do cenário benigno no curto prazo, alguns riscos permanecem. A fragilidade fiscal doméstica, o início do ciclo eleitoral em 2026, a possibilidade de estabilidade prolongada nos preços das commodities, as incertezas em torno da política fiscal norte-americana e riscos geopolíticos podem reverter parte da valorização recente, mantendo a taxa de câmbio exposta a episódios de volatilidade.

Na frente fiscal brasileira, dois pontos se destacam:

- Orçamento de 2026 manteve a meta de superávit primário de 0,25% do PIB. Embora essa projeção aponte, em tese, para a continuidade do ajuste, há grande preocupação quanto à sua consistência. As receitas seguem superestimadas, embutindo medidas que ainda dependem do Congresso, algumas com alta probabilidade de frustração, enquanto as despesas parecem subestimadas. É provável que o governo dê maior realismo ao Orçamento ao longo dos relatórios bimestrais do ano que vem e, eventualmente, pode até rever a própria meta de 2026, gerando volatilidade.
- As incertezas em torno da reforma do Imposto de Renda, que amplia a faixa de isenção, diante de possíveis mudanças nas compensações para garantir neutralidade fiscal. O debate sobre como equilibrar renúncia de receita e novas fontes de arrecadação será central no Congresso e tende a influenciar de forma decisiva a percepção de risco fiscal no curto prazo.

Em relação à atividade econômica, os sinais de desaceleração ficaram mais evidentes no segundo trimestre, como podemos observar nos indicadores no gráfico a seguir.



Fonte: IBGE / Elaboração: Suno Asset

O IBC-Br recuou 0,1% em junho, acumulando alta de apenas 0,3% no trimestre ante ao primeiro. O resultado reflete a perda de dinamismo do agro, que havia impulsionado o crescimento no início de 2025, e o enfraquecimento da indústria, pressionada pelos juros elevados e pelo crédito mais caro. A recente perda de tração do varejo e do serviço também confirmam esse movimento: além de uma acomodação natural após o início de ano mais aquecido, os setores têm sentido os efeitos do aperto monetário, das restrições de crédito e do elevado endividamento das famílias.

Ainda assim, a resiliência do mercado de trabalho, os estímulos do governo, o pagamento de precatórios em julho deve mitigar parte dos impactos negativos sobre o consumo e a renda no segundo semestre. A expectativa é de que estes segmentos mantenham certo crescimento, mas em ritmo mais lento, à medida que a desaceleração da economia se torne mais disseminada. **Nesse cenário, projetamos um crescimento de 2,3% para 2025.**

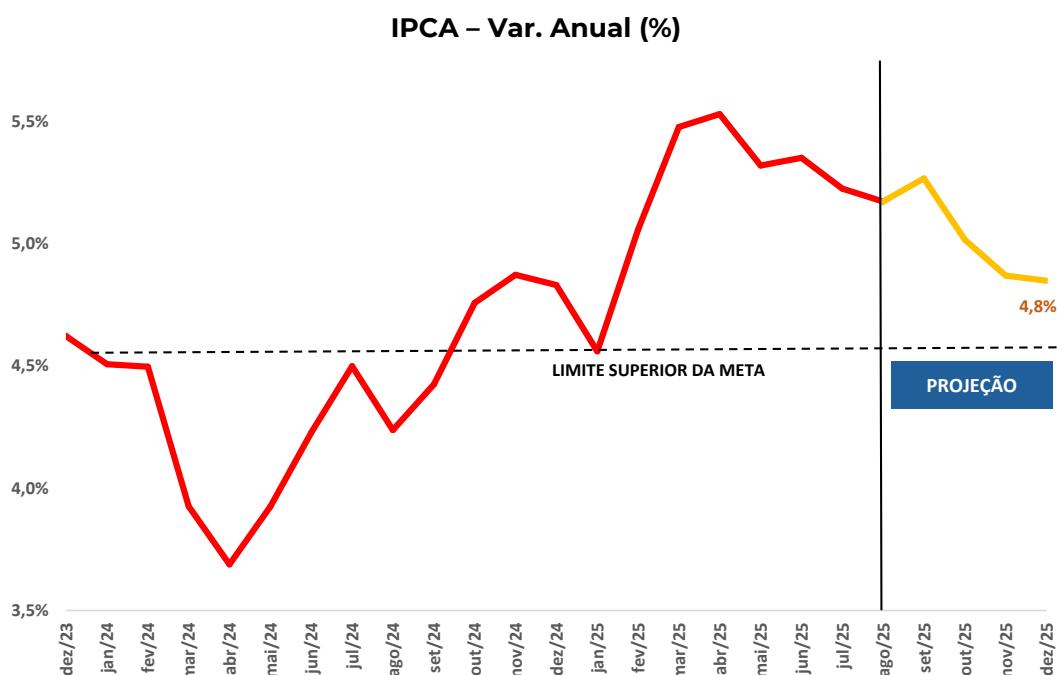
O arrefecimento, ainda que gradual e heterogêneo, tem relevância para a política monetária: a perda de tração da atividade contribui para o hiato do produto se tornar negativo e reforça as condições para que a inflação caminhe em direção à meta nos próximos anos, ou seja, a dinâmica da economia é positiva para o Banco Central.

Em relação à inflação, o IPCA-15 de agosto recuou 0,14%, registrando a primeira deflação desde julho de 2023 e o menor resultado desde setembro de 2022. Com isso, a taxa em 12 meses desacelerou de 5,30% para 4,95%.

O resultado foi influenciado principalmente pelos preços administrados, que caíram 0,61%, com destaque para o grupo Habitação, impactado pelo Bônus de Itaipu, que reduziu as contas de energia e compensou a cobrança da bandeira vermelha 2. Alimentação e bebidas também contribuíram, com a terceira queda consecutiva, puxada por preços de alimentos, enquanto Transportes recuou em função da redução das passagens aéreas e da gasolina.

Apesar do alívio, algumas métricas subjacentes apresentaram deterioração na margem. Serviços intensivos em mão de obra, serviços subjacentes, núcleos de inflação e o índice de difusão aceleraram entre julho e agosto, permanecendo em patamares incompatíveis com a meta de 3% e reforçando a preocupação da autoridade monetária. Esse quadro decorre da resiliência do mercado de trabalho, que segue aquecido, com desemprego em mínimas históricas e massa de rendimentos em nível recorde. Projetamos que a taxa de desemprego encerre 2025 entre 5,5% e 6,0%, mantendo a inflação de serviços próxima a 6,0%.

Ainda assim, a tendência geral é de um cenário mais benigno em comparação ao início do ano. A desaceleração recente da inflação resulta da valorização cambial, da estabilidade nos preços das commodities, da queda nos alimentos e da redução dos custos de produção. **Em nosso cenário base, projetamos um IPCA de 4,8% e 4,4% para este e o próximo ano, respectivamente – conforme o gráfico abaixo.**



Outra boa notícia para o Banco Central é que as expectativas de inflação captadas pelo Boletim Focus vêm mostrando avanço contínuo nas últimas semanas, com revisões consecutivas para baixo para 2025, 2026 e 2027.

Essa trajetória reflete o efeito da política de juros elevados e reforça a percepção de que o processo de desinflação está ganhando tração. Embora as projeções ainda estejam acima da meta, a continuidade dessa tendência até o fim do ano reduziria a desancoragem e criaria condições mais favoráveis para que a autoridade monetária avalie, com maior segurança, o início de um ciclo de cortes na Selic.

Para o BC, a flexibilização da política depende da combinação de três fatores: expectativas mais bem ancoradas, hiato do produto negativo e desaceleração consistente das medidas de inflação. Até que todos os elementos estejam presentes, a Selic deve permanecer em 15,0% a.a., provavelmente até o primeiro trimestre de 2026.

A economia brasileira entra na segunda metade do ano em um cenário de transição: moderação da atividade, queda da inflação, com expectativas em processo de melhora. Para o Banco Central, o desafio será equilibrar o ganho de credibilidade com o momento adequado de iniciar a flexibilização da política monetária.

Os próximos meses serão decisivos tanto para o Fed quanto para o BC, à medida que dados de atividade, inflação e expectativas definirão o ritmo das próximas decisões.

A perspectiva de corte de juros em 2026 pode atuar como um fator positivo para o mercado acionário doméstico, funcionando como um segundo gatilho de valorização, em conjunto com a esperada queda de juros nos Estados Unidos. Nesse contexto, a preservação da credibilidade institucional seguirá como o principal ativo para orientar expectativas e sustentar a confiança dos mercados.

Segue abaixo a tabela das nossas estimativas. Caso necessário, faremos novas revisões das nossas projeções.

Projeções

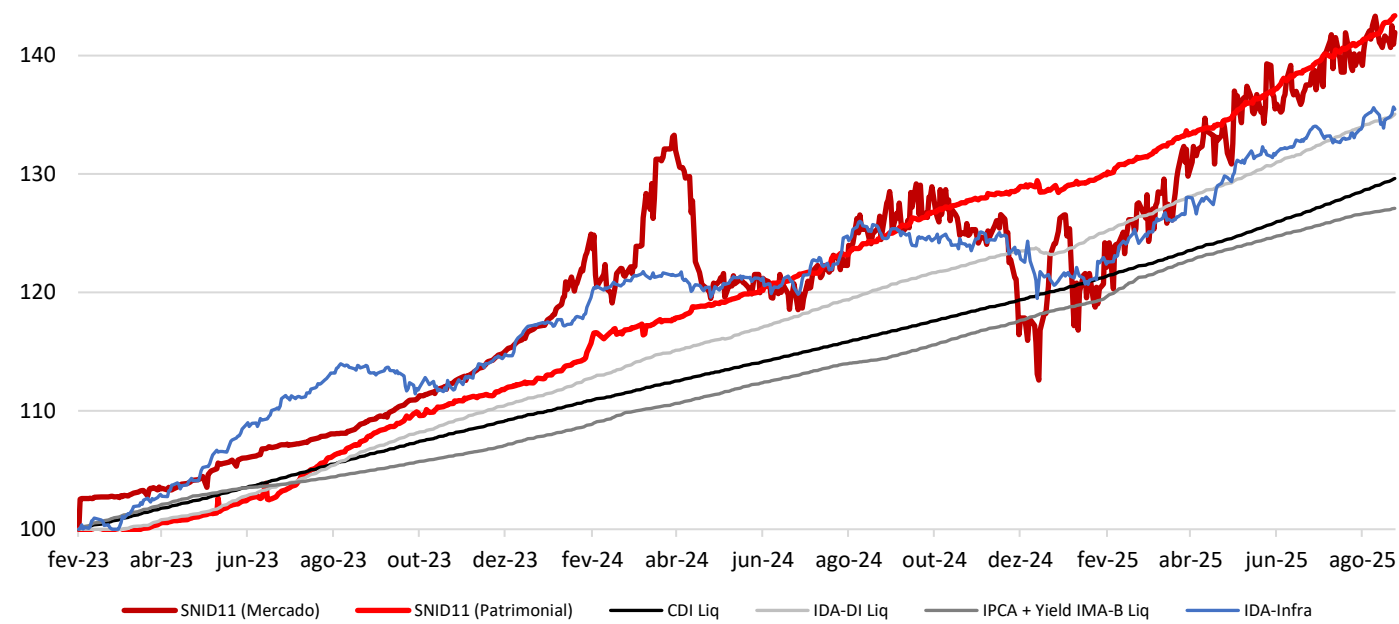
Projeções Suno	2023	2024	2025	2026
PIB (var % a.a. real em volume)	3,2%	3,4%	2,3%	1,8%
IPCA (% a/a, fim de período)	4,62%	4,40%	4,8%	4,4%
Taxa Selic (% fim de período)	11,75%	12,25%	15,00%	13,00%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$, fim de período)	4,85	6,19	5,65	5,80
Resultado Primário do Governo Central (% PIB) - meta	-2,3%	-0,1%	-0,25%	-0,3%
Resultado Primário do Governo Central (% PIB)	-2,3%	-0,4%	-0,6%	-0,7%
Dívida Bruta - DBGG (% PIB)	74,3%	76,1%	78,9%	83,0%
Balança comercial (US\$ bilhões)	98,8	74,55	60,3	70,0

Fontes: IBGE, Banco Central e ComexStat / Elaboração: Suno Asset

PERFORMANCE/DESEMPENHO

(RENTABILIDADE, Nº COTISTAS, ATRIBUIÇÃO DE PERFORMANCE, CARREGO)

Rentabilidade SNID11 vs Benchmarks



Desde o seu início, o SNID11 teve um retorno total, considerando o reinvestimento dos rendimentos, de **42,0% na cota a mercado e de 43,4% na cota patrimonial**, sendo superior aos principais índices de mercado, líquidos de IR: CDI (29,6%), IPCA + yield IMA-B (27,1%), IDA-DI (35,1%) e IDA-IPCA Infraestrutura (35,5%).

Tabela de sensibilidade

	Cotação	Spread (CDI+) Bruto	Spread (-) Tx Adm
	R\$ 9,90	2,94%	1,97%
	R\$ 9,95	2,83%	1,86%
	R\$ 10,00	2,73%	1,76%
	R\$ 10,05	2,62%	1,66%
Cota a mercado	R\$ 10,11	2,50%	1,53%
	R\$ 10,15	2,41%	1,45%
	R\$ 10,20	2,31%	1,35%
	R\$ 10,25	2,21%	1,24%
Patrimonial	R\$ 10,30	2,11%	1,15%
	R\$ 10,35	2,00%	1,04%
	R\$ 10,40	1,89%	0,93%
	R\$ 10,45	1,79%	0,83%
	R\$ 10,50	1,68%	0,73%

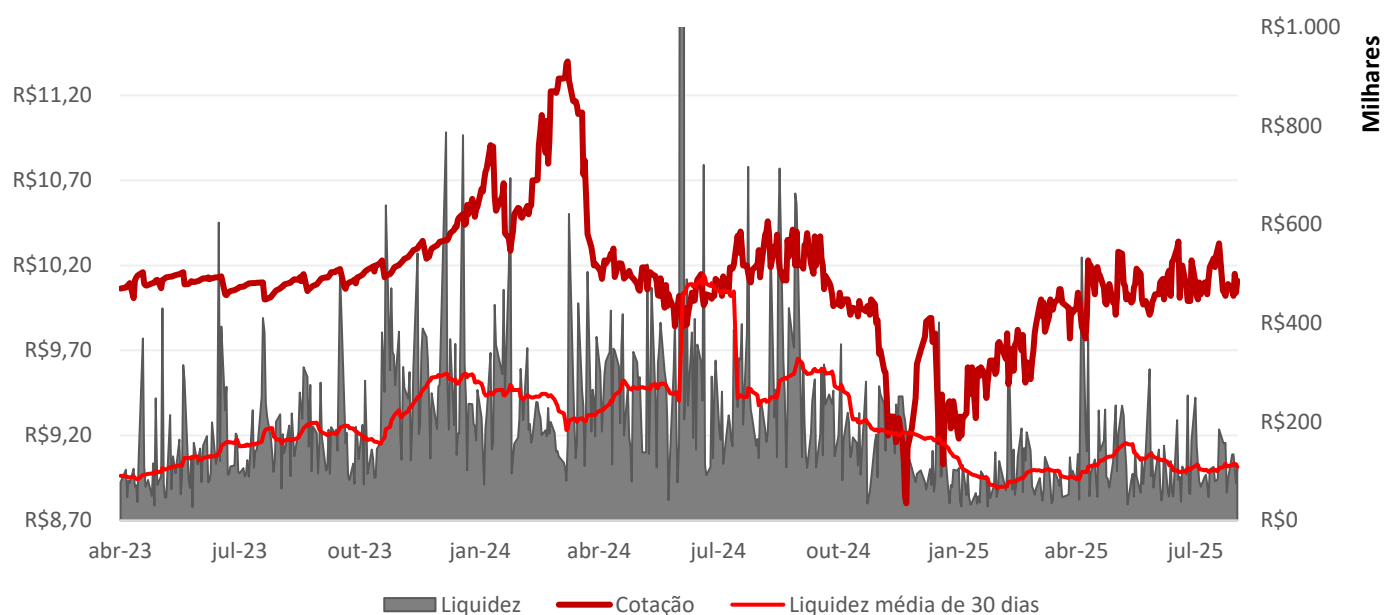
Legenda:

Cota a Mercado

Cota Patrimonial

Elaboração: Suno Asset

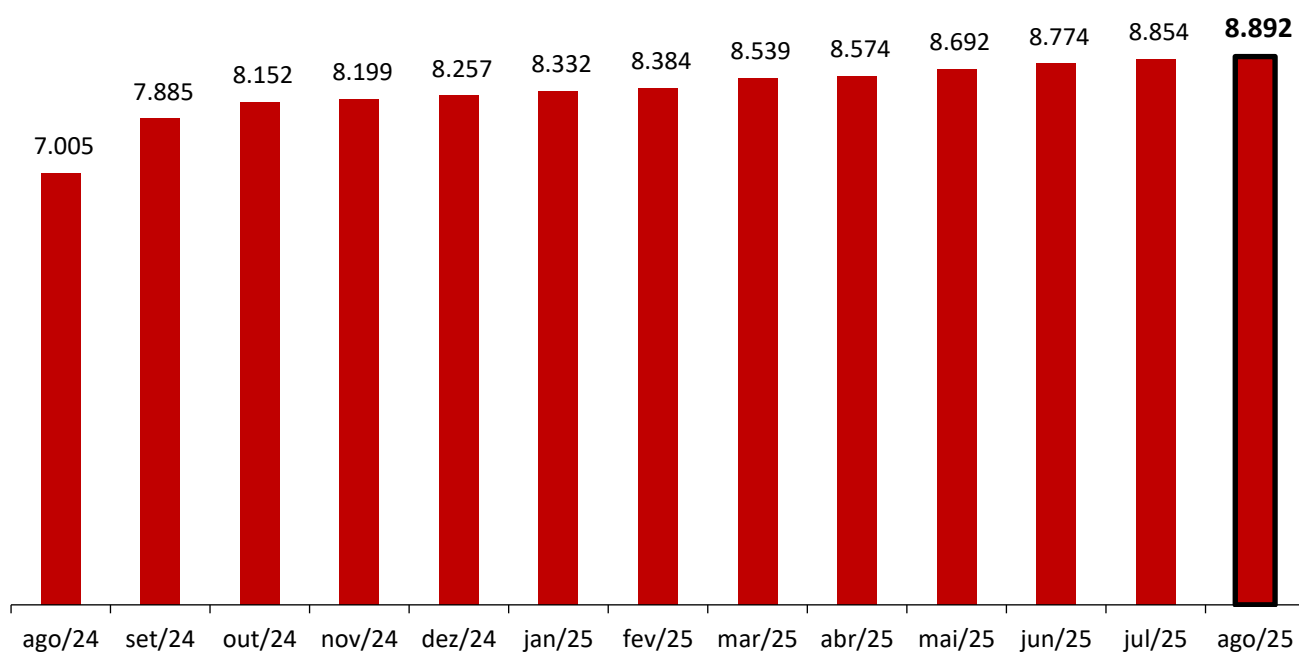
Cotação e liquidez



Elaboração: Suno Asset e Quantum

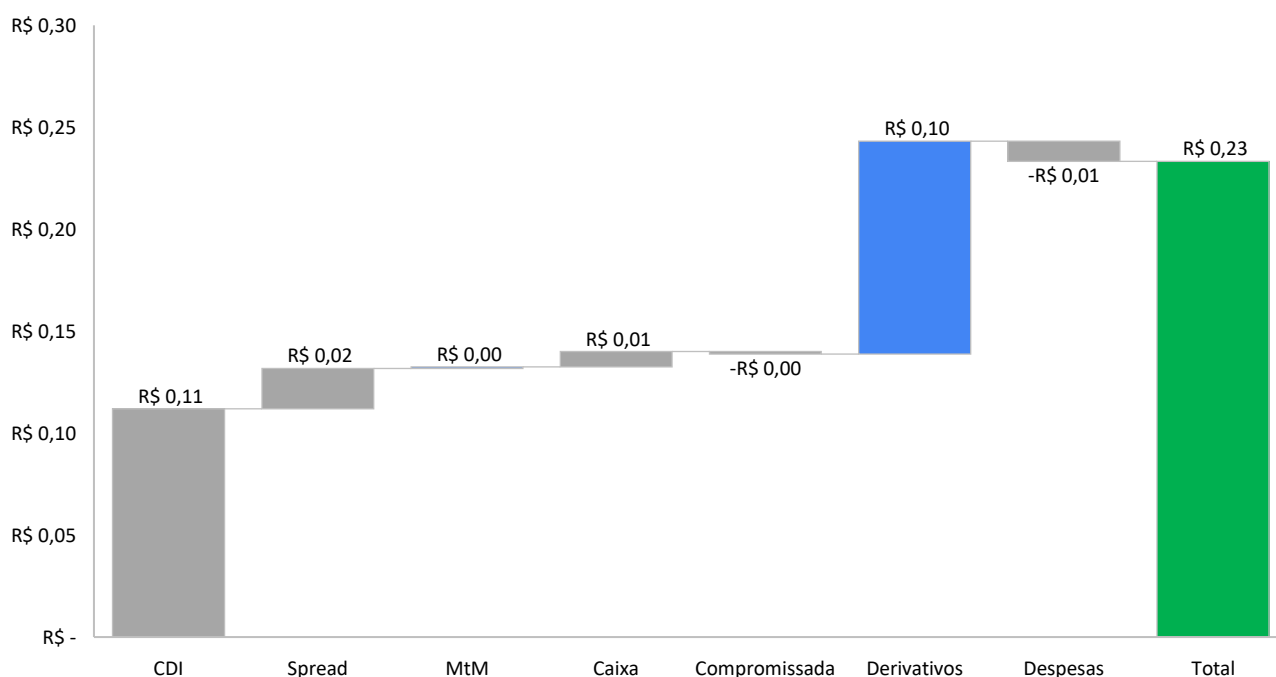
No mês de agosto, o SNID teve um **volume financeiro de R\$ 2,4 milhões**, e uma **média diária de negociação de R\$ 103 mil**.

Evolução do número de cotistas



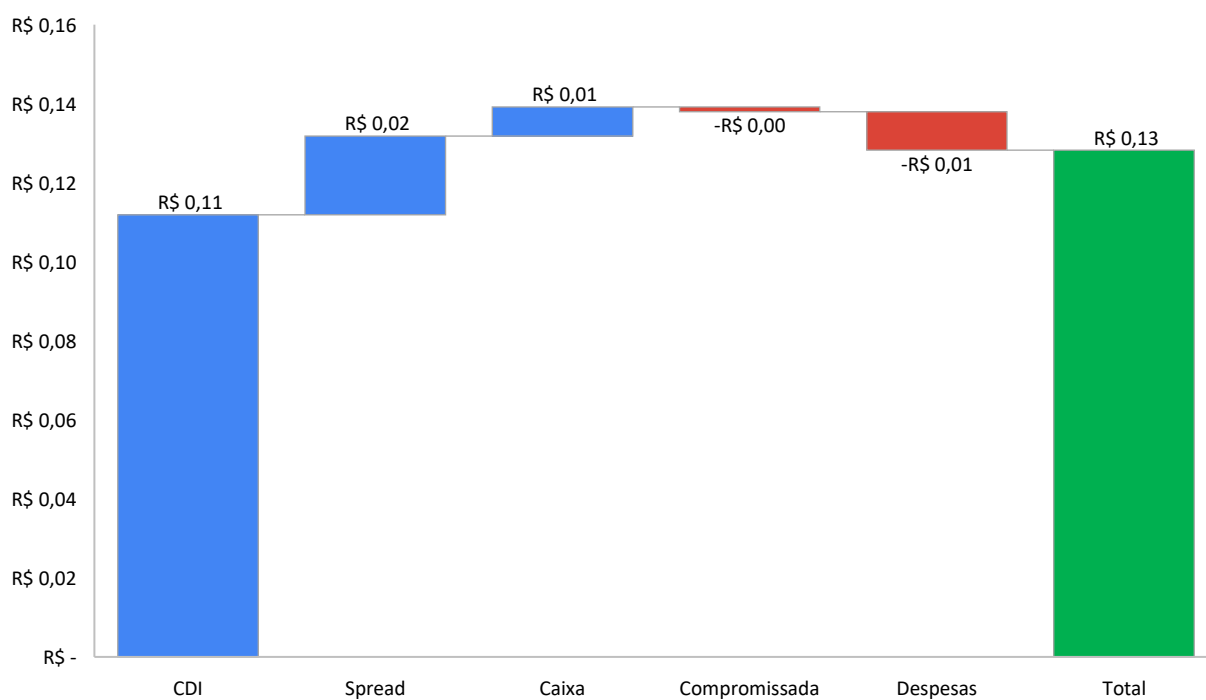
Elaboração: Suno Asset

Atribuição de performance - SEM marcação e derivativos



Elaboração: Suno Asset.

Atribuição de performance - COM marcação e derivativos



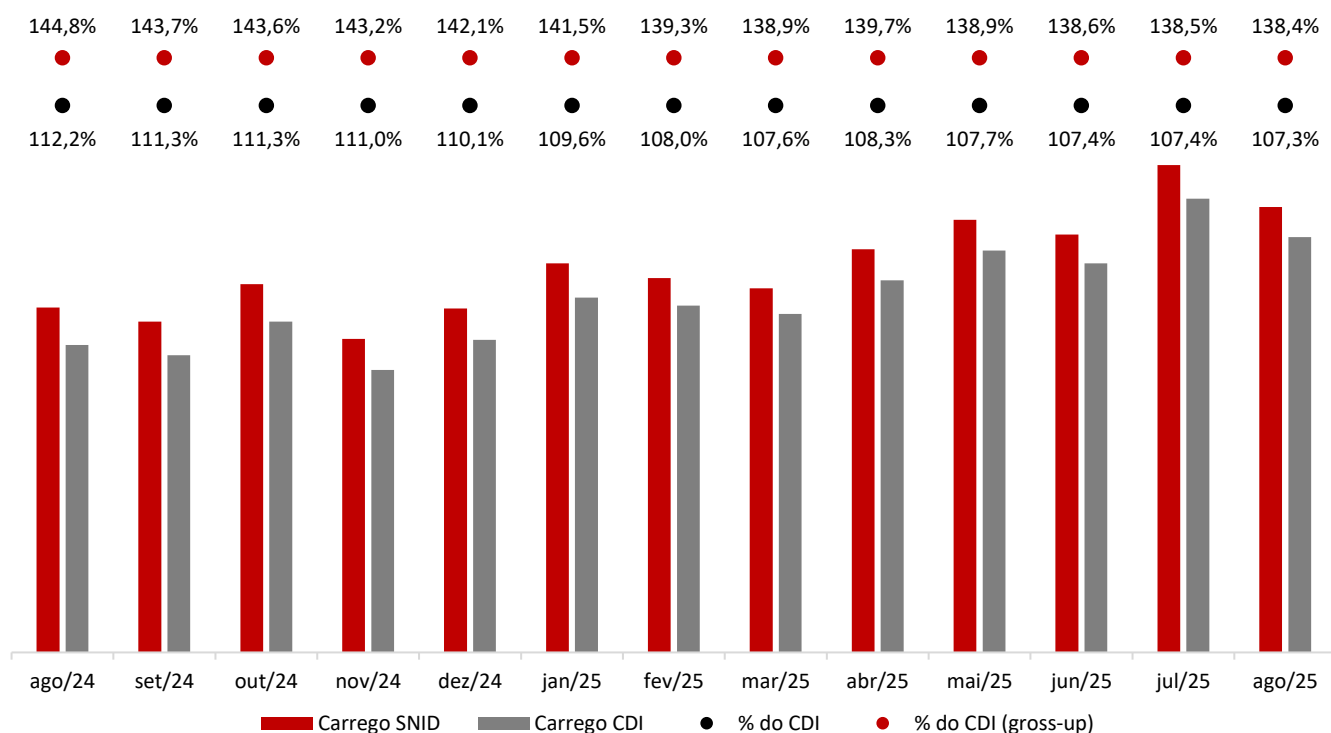
Elaboração: Suno Asset.

O componente CDI terminou em 15,00% no período, contribuindo com R\$ 0,112 por cota. O componente *spread* da carteira de crédito, em 2,11% no fechamento do período, atribuiu R\$ 0,020 por

cota. O caixa do fundo, por sua vez, contribuiu com R\$ 0,007 por cota, uma vez que hoje representa 8,3% do patrimônio do fundo. Do lado dos detratores, tivemos a compromissada com um custo de R\$ 0,001 por cota, visto que foi paga ao longo do mês. As despesas do fundo detraíram R\$ 0,010 por cota do resultado no mês, em linha à média histórica. Desta forma, o fundo teve um resultado de carregio de R\$ 0,128 por cota, em linha com a distribuição do mês.

A marcação a mercado dos papéis em carteira contribuiu positivamente com R\$ 0,001 por cota, em decorrência do fechamento das taxas indicativas no mercado secundário. Os derivativos, que são os instrumentos utilizados para realizar o swap do indexador das debêntures incentivadas para o CDI, atribuíram positivamente R\$ 0,010 por cota, em decorrência da abertura das taxas das NTN-Bs no período. Tivemos também o efeito da marcação na curva ao par da nova debenture adquirida com deságio, conforme comentado no início do relatório. Dessa forma, o fundo teve um resultado patrimonial de R\$ 0,233 por cota, acima da distribuição do mês.

Carregio mensal

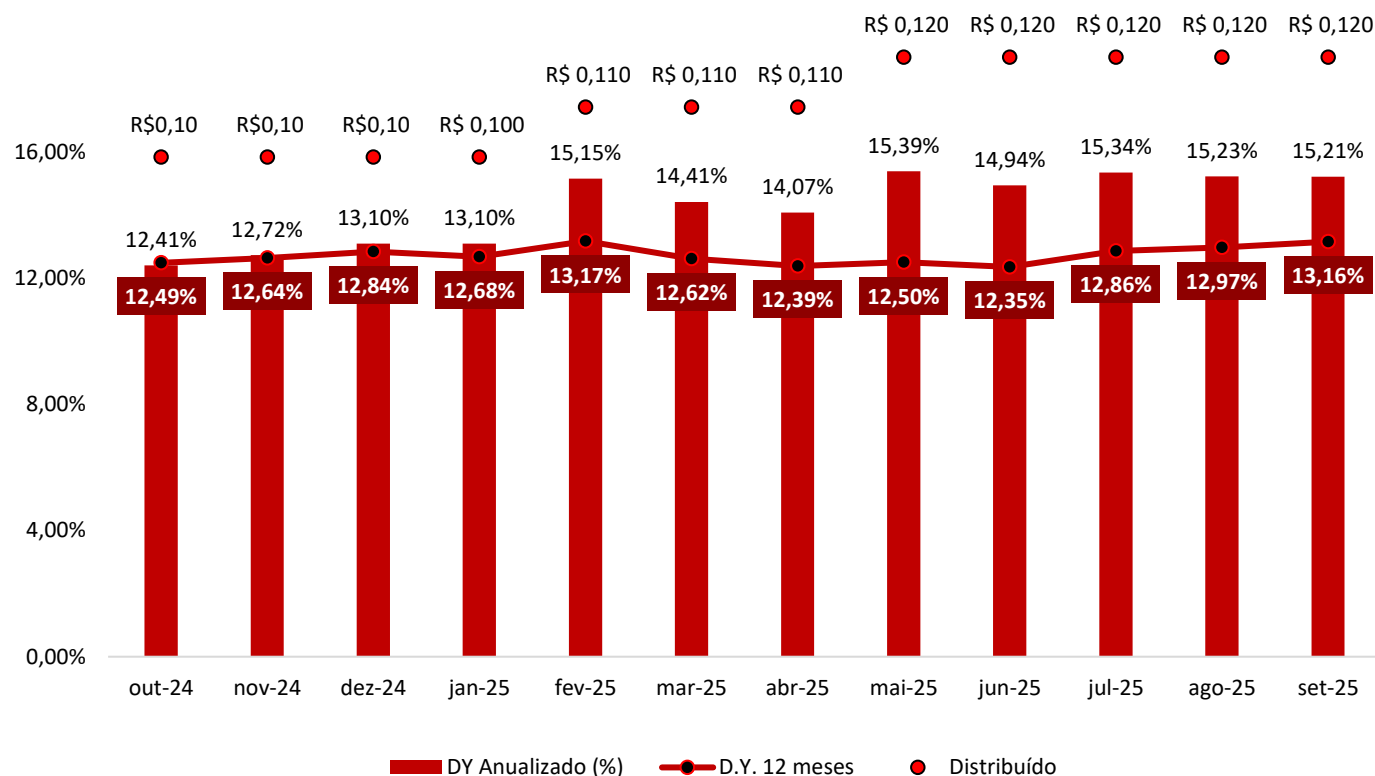


Elaboração: Suno Asset.

No mês de julho, o fundo gerou carregio líquido equivalente a **107,3% do CDI**, equivalente a um retorno de **138,4% do CDI** ou **CDI+5,4%**, quando considerado o gross-up.

Rendimentos

Distribuição, D.Y. 12 meses e DY Anualizado

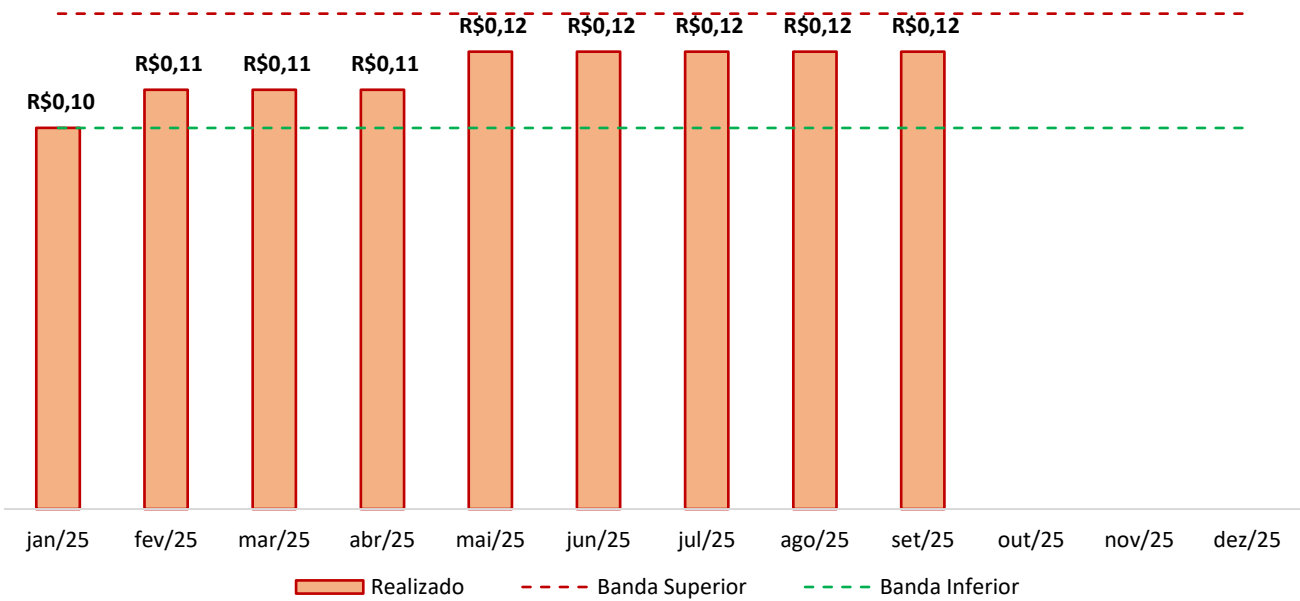


Elaboração: Suno Asset.

No mês de setembro, o fundo anunciou a distribuição de **R\$ 0,12**, resultando em um *yield* anualizado de 15,2%. Nos últimos 12 meses, o fundo distribuiu 13,2%, tendo como base a cota a mercado. Em relação a cota patrimonial, a distribuição dos últimos 12 meses foi de 12,9%.

GUIDANCE

Seguindo a política de *guidance* de rendimentos, mantemos nossas projeções de distribuição para o 2º semestre de 2025, que abrange os recentes aumentos da Taxa Selic. Dessa forma, atualmente temos como *guidance* a **banda superior em R\$ 0,13** e a **banda inferior em R\$ 0,10**, demonstrando a resiliência do produto e aderência com o CDI. Como forma de compromisso com o *guidance*, entendemos como saudável o nível de distribuição, dado o atual patamar de Selic.



Elaboração: Suno Asset.

CARTEIRA

R\$ 74,2 Mi

Patrimônio Líquido do Fundo

47 (+0 vs mês passado)

Número de ativos na carteira

37 (+0 vs mês passado)

Número de emissores

CDI+2,27% | 5,0 | R\$ 69,4 Mi

Taxa média das debêntures da carteira |
Duration | Posição Financeira

CDI+ 2,09% | 5,4 | R\$ 58,7 Mi

Taxa média das debêntures incentivadas da
carteira | Duration | Posição Financeira

CDI + 3,24% | 2,6 | R\$ 10,8 Mi

Taxa média das debêntures normais da
carteira | Duration | Posição Financeira

R\$ 1,4 Mi (1,9%)

Volume em operações compromissadas

0,80% a.a.

Custo médio ponderado das compromissadas

AA

Rating ponderado da carteira

80,8%

Alocação em alto grau de crédito (AAA e A+)

R\$ 6,1 Mi (8,3% do PL)

Caixa no Fechamento

24,1% | 42,1%

Concentração 5 maiores | 10 maiores

CARTEIRA DE DEBÊNTURES

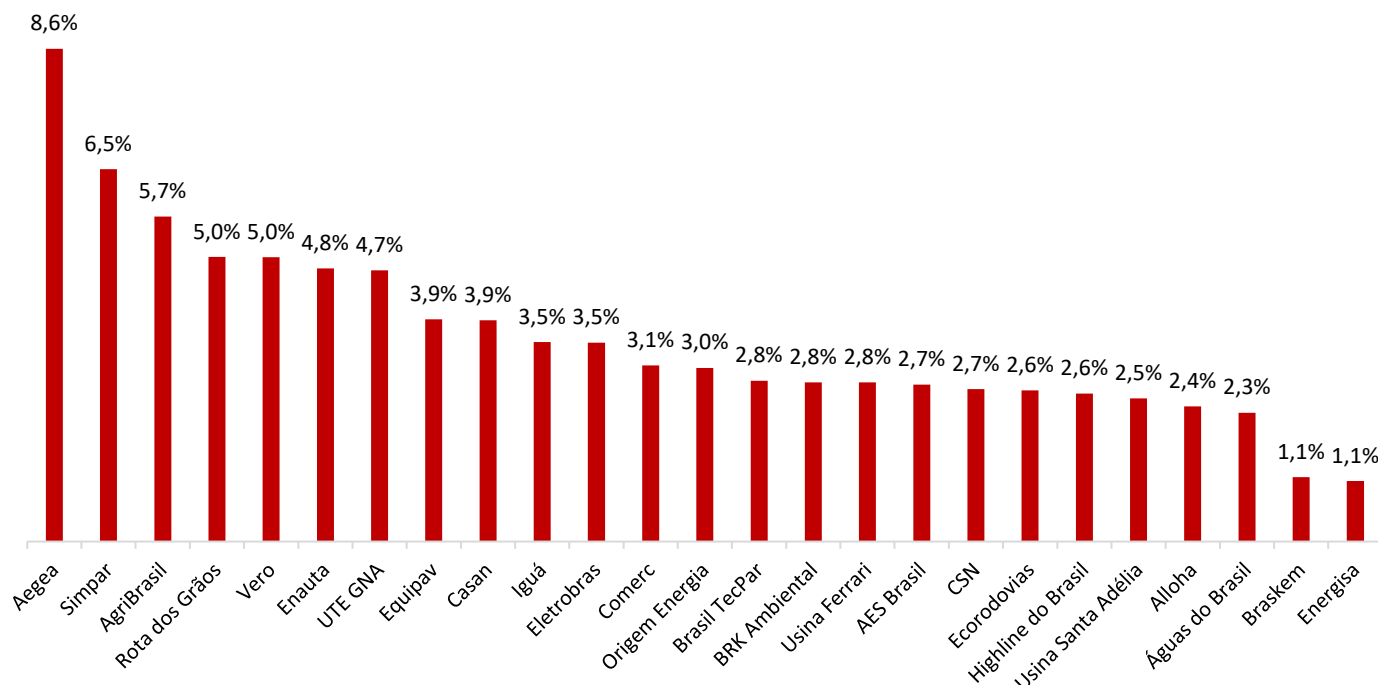
ATIVO	EMISSION	CONTROLADORA	SETOR	TIPO	RATING	SPREAD	DURATION	FINANCEIRO (MIL)	% DO PL
CJEN13	Tesc	AgriBrasil	Portos	Incentivada	A+	2,62%	4,4	R\$ 4.215	5,7%
RGRA11	Rota dos Grãos	Rota dos Grãos	Rodovias	Incentivada	A+	2,63%	7,0	R\$ 3.692	5,0%
UNEG11	UTE GNA I	UTE GNA	Energia Elétrica	Incentivada	A	2,83%	7,0	R\$ 3.519	4,7%
RISP24	Águas do Rio	Aegee	Saneamento	Incentivada	AA+	1,63%	8,4	R\$ 3.258	4,4%
VERO13	Vero	Vero	Telecom	Incentivada	A+	2,42%	3,7	R\$ 3.166	4,3%
ENAT33	Enauta	Enauta	Óleo e Gás	Incentivada	AA	1,76%	5,8	R\$ 3.049	4,1%
CASN23	Casan	Casan	Saneamento	Incentivada	BBB+	3,09%	3,5	R\$ 2.871	3,9%
IRJS14	Iguá Rio	Iguá	Saneamento	Incentivada	AAA	1,53%	7,3	R\$ 2.588	3,5%
NTEN11	Norte Energia	Eletrobras	Energia Elétrica	Incentivada	A	2,19%	2,2	R\$ 2.580	3,5%
HVSP11	Helio Valgas	Comerc	Energia Elétrica	Incentivada	AAA	2,25%	5,3	R\$ 2.284	3,1%

ORIG21	Origem Energia	Origem Energia	Óleo e Gás	Incentivada	A	2,20%	4,7	R\$ 2.253	3,0%
BRKP28	BRK Ambiental	BRK Ambiental	Saneamento	Incentivada	A+	1,14%	5,7	R\$ 2.067	2,8%
FRAG14	Usina Ferrari	Usina Ferrari	Sucroenergético	Incentivada	A+	1,14%	4,3	R\$ 2.064	2,8%
TCI111	AES Tucano	AES Brasil	Energia Elétrica	Incentivada	AAA	1,96%	6,3	R\$ 2.037	2,7%
HARG11	Holding do Araguaia	Ecorodovias	Rodovias	Incentivada	AAA	2,37%	5,3	R\$ 1.964	2,6%
HGLB23	Highline do Brasil	Highline do Brasil	Telecom	Incentivada	A-	1,83%	4,9	R\$ 1.919	2,6%
USAS11	Usina Santa Adélia	Usina Santa Adélia	Sucroenergético	Incentivada	AA-	2,50%	1,4	R\$ 1.859	2,5%
SABP12	Rio+	Águas do Brasil	Saneamento	Incentivada	AAA	1,39%	7,5	R\$ 1.672	2,3%
AEGE16	Equipav Saneamento	Equipav	Saneamento	Normal	AA	3,63%	3,7	R\$ 1.635	2,2%
TEPA12	Brasil TecPar	Brasil TecPar	Telecom	Incentivada	A+	3,90%	3,2	R\$ 1.552	2,1%
VAMO24	Vamos	Simpar	Locação de Veículos	Normal	AA	2,65%	3,4	R\$ 1.492	2,0%
JSLGA5	JSL	Simpar	Logístico	Normal	AA	2,30%	1,7	R\$ 1.406	1,9%
AEGE17	Equipav Saneamento	Equipav	Saneamento	Normal	AA	3,60%	4,4	R\$ 1.249	1,7%
SUM118	Giga Mais Fibra	Alloha	Telecom	Incentivada	A+	1,65%	4,4	R\$ 1.235	1,7%
CCL511	Ciclus Ambiental	Aegea	Gestão de Resíduos	Incentivada	AA	1,05%	4,5	R\$ 1.206	1,6%
VAMO13	Vamos	Simpar	Locação de Veículos	Normal	AA	2,41%	2,2	R\$ 1.113	1,5%
RIS424	Águas do Rio	Aegea	Saneamento	Incentivada	AA+	1,77%	8,4	R\$ 1.013	1,4%
CGEE23	CEEE-G	CSN	Energia Elétrica	Incentivada	AA	1,20%	6,5	R\$ 998	1,3%
CSNAA2	CSN	CSN	Materiais Básicos	Normal	AA+	3,49%	1,6	R\$ 978	1,3%
BRKMA8	Braskem	Braskem	Petroquímico	Normal	AAA	3,79%	2,9	R\$ 835	1,1%
ENGIC0	Energisa	Energisa	Energia Elétrica	Incentivada	AAA	0,35%	8,5	R\$ 786	1,1%
CBRDA8	Pão de Açúcar	Pão de Açúcar	Varejo	Normal	AA	5,99%	0,6	R\$ 756	1,0%
CCL521	Ciclus Ambiental	Aegea	Gestão de Resíduos	Incentivada	AA	1,05%	5,0	R\$ 624	0,8%

CRCF12	Rodovias do Café	EPR rodovias	Rodovias	Incentivada	AA	0,85%	8,7	R\$ 546	0,7%
QUAT13	Usina Quatá	Usina Quatá	Sucroenergético	Incentivada	A	2,90%	3,9	R\$ 544	0,7%
TEPA13	Brasil TecPar	Brasil TecPar	Telecom	Incentivada	A+	3,54%	3,8	R\$ 534	0,7%
VERO44	Vero	Vero	Telecom	Incentivada	A+	2,00%	5,8	R\$ 523	0,7%
MVLV19	Movida	Simpar	Locação de Veículos	Normal	AA	2,74%	1,0	R\$ 523	0,7%
SUMI19	Giga Mais Fibra	Alloha	Telecom	Incentivada	A+	2,09%	4,6	R\$ 519	0,7%
RALM21	Rialma	Rialma	Energia Elétrica	Incentivada	AAA	0,91%	9,4	R\$ 503	0,7%
ENAT24	Enauta	Enauta	Óleo e Gás	Incentivada	AA	1,00%	5,8	R\$ 496	0,7%
HZTC24	Orizon Resíduos	Orizon	Gestão de Resíduos	Normal	AA+	2,73%	3,0	R\$ 381	0,5%
MOVI34	Movida	Simpar	Locação de Veículos	Normal	AA	2,64%	1,3	R\$ 298	0,4%
RIS412	Águas do Rio	Aegea	Saneamento	Incentivada	AA+	1,59%	4,8	R\$ 292	0,4%
ESAM14	São Manoel	EDP	Energia Elétrica	Incentivada	AA	1,96%	3,4	R\$ 178	0,2%
TRES11	3 Tentos	3 Tentos	Agroindústria	Normal	AA	2,10%	2,7	R\$ 109	0,1%
BRST11	Brisanet	Brisanet	Telecom	Incentivada	AA-	2,88%	1,2	R\$ 50	0,1%
COMPROMISSADA					Compro missada		0,80%	0,0	-R\$ 1.401
CAIXA	Caixa		Caixa	Caixa		0,0%	0,0	R\$ 6.132	8,3%
TOTAL						2,11%	4,7	R\$ 74.169	100,0%

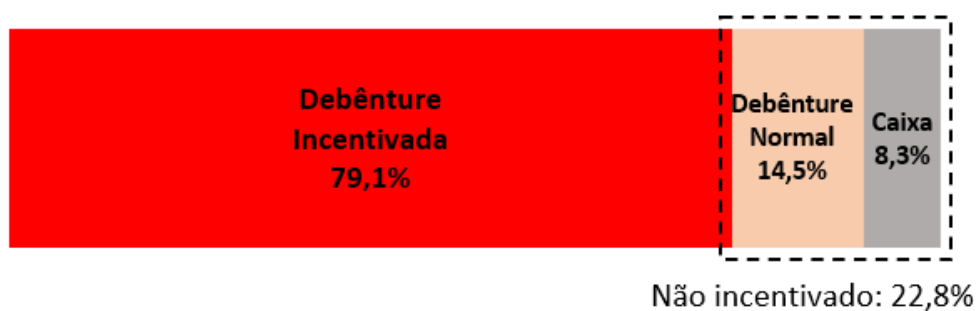
ALOCAÇÕES

Exposição por controlador (25 maiores exposições)



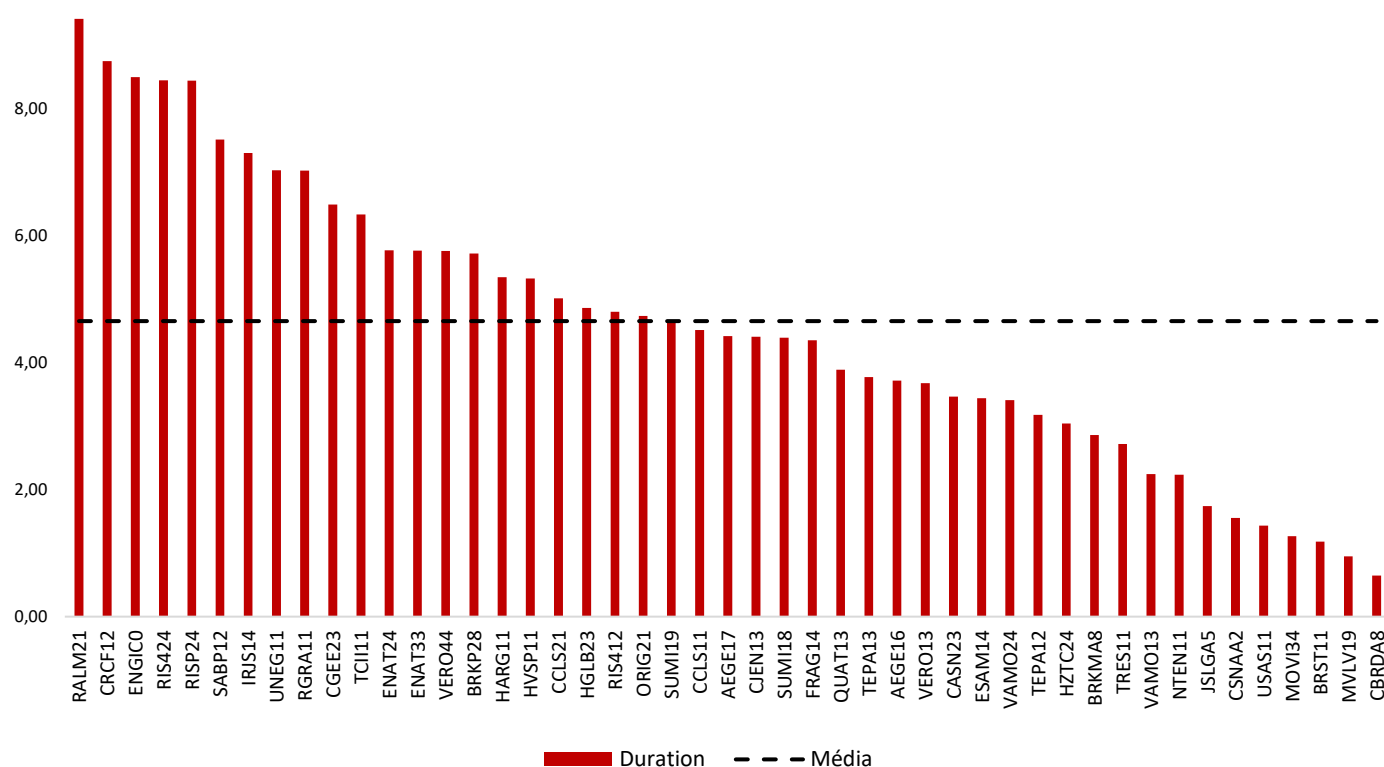
Elaboração: Suno Asset.

Exposição por tipo de ativo



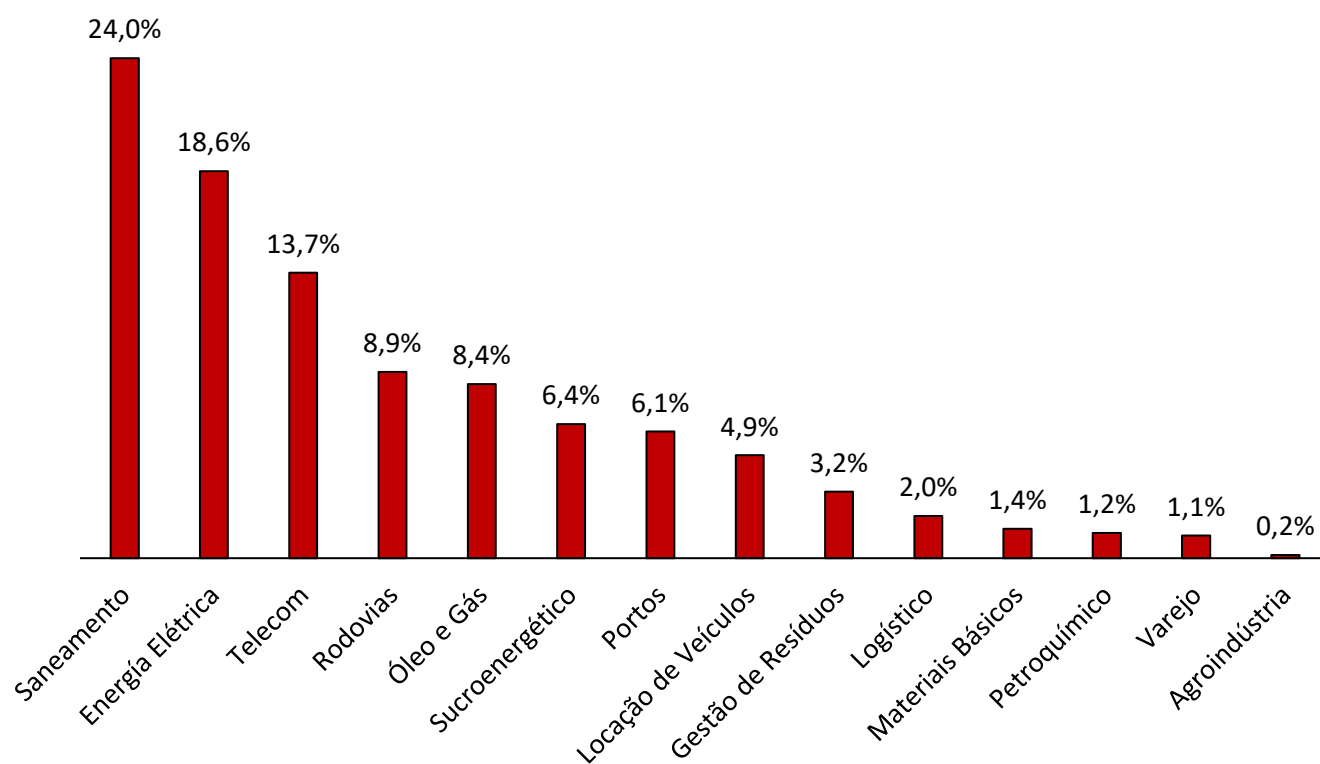
Elaboração: Suno Asset.

Duration dos ativos e da carteira

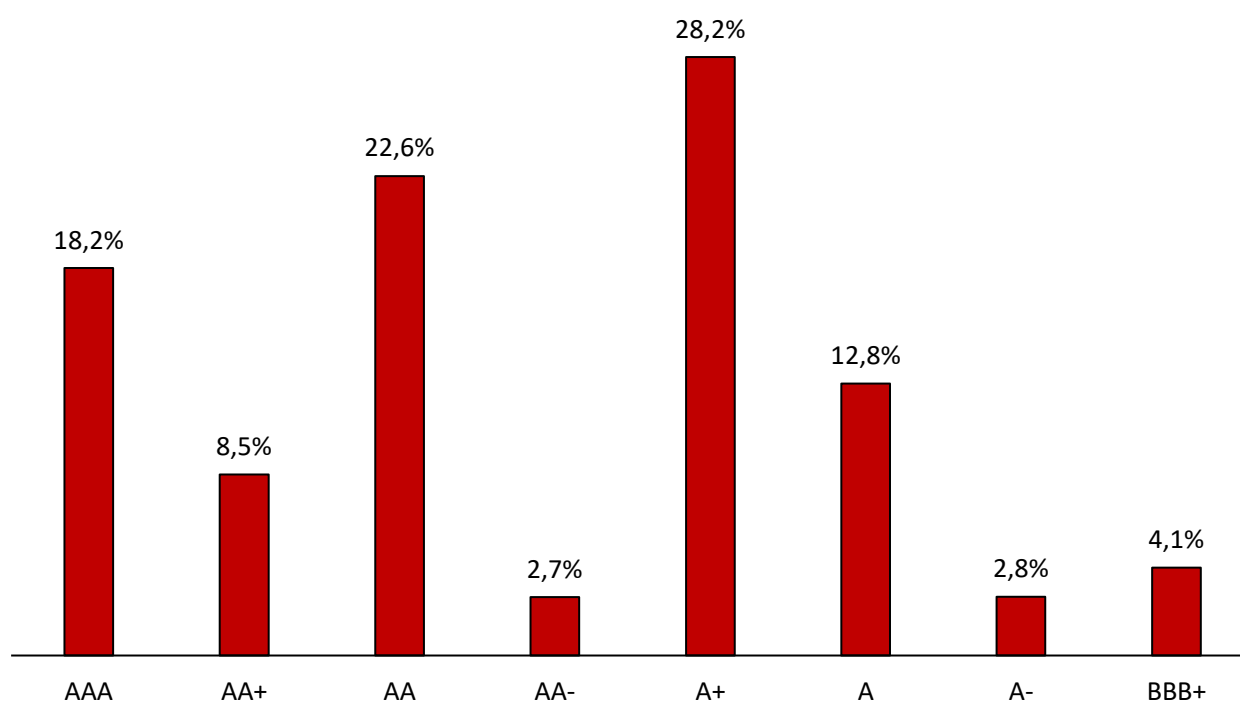


Elaboração: Suno Asset.

Exposição setorial



Elaboração: Suno Asset.

Exposição por rating externo

Elaboração: Suno Asset.

DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS ATIVOS

AES TUCANO

DADOS: 2T25

**Ticker:** TCII11**Setor:** Energia Elétrica**Carrego de aquisição:** CDI + 1,96%**Duration:** 6,37 anos**Rating:** AAA (Fitch)**Exposição:** 2,7%

DADOS FINANCEIROS

Receita Líquida: R\$ 3,47 bi**EBITDA:** R\$ 2,0 bi**Dívida Líquida:****DL/EBITDA:**

Comentário da Gestão

O Complexo Eólico Tucano é uma usina de geração eólica situada nos municípios de Tucano, Biringa e Araci, na Bahia, com capacidade instalada de 322 MW. É uma subsidiária da AES Brasil, uma das maiores companhias do segmento elétrico brasileiro. A AES Brasil possui 4,2 GW instalados em operação e mais 1,0 GW em construção, com atuação integral na geração de energia renovável.



DADOS OPERACIONAIS

Ventos: 8,3 m/s**Energia Bruta Gerada:** 566 GWh**Turbinas em operação:** 36**Duration dos PPA:** 17,4 anos

Fonte: AES Brasil | Elaboração: Suno Asset

AGUÁS DO RIO

DADOS: 2T25

**Tickers:** RIS422, RIS424, RISP22 e RISP24**Setor:** Saneamento**Carrego de aquisição:** CDI + 1,74%**Duration:** 8,2 anos**Rating:** AA+ (S&P)**Exposição:** 6,1%

DADOS FINANCEIROS

Receita Líquida: R\$ 1,7 bi**EBITDA:** R\$ 742,5 bi**Dívida Líquida:** R\$ 6,8 bi**DL/EBITDA:** 7,88x

Comentário da Gestão

A Águas do Rio é a maior concessão do portfólio da Aegea, que por sua vez, é a maior companhia privada de saneamento básico do país. A cia. atende mais de 20 milhões de pessoas sob a região de sua cobertura, e o prazo de sua concessão é de 35 anos (vencimento em 2046). Seus investimentos visam aumentar a área de cobertura de água e esgoto e diminuir as perdas de água na distribuição, auxiliando na meta nacional de universalização da cobertura de saneamento no país.



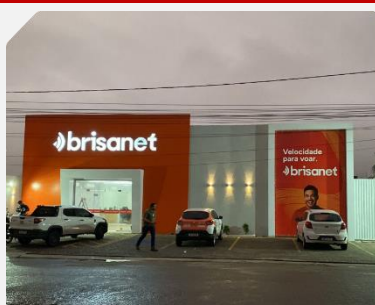
DADOS OPERACIONAIS

Economias Faturadas: 4,62 mi**Volume Faturado:** 255 mi m³ (2T)**Índices de perdas:** 49,7%**Vencimento:** 2046

Fontes: Aegea | Elaboração: Suno Asset

BRASKEM**DADOS: 2T25****Ticker:** BRKMA8**Setor:** Petroquímico**Carrego de aquisição:** CDI + 3,79%**Duration:** 2,9 anos**Rating:** AAA (S&P)**Exposição:** 1,09%**DADOS FINANCEIROS****Receita Líquida:** R\$ 17,8 bi**EBITDA Recorrente:** R\$ 74 mi**Dívida Líquida Ajustada:** R\$ 37,5 bi**DL/EBITDA:** 10,59x**Comentário da Gestão**

A Braskem é uma das maiores Petroquímicas do mundo, com plantas na América Latina, América do Norte e Europa. Sua enorme escala proporciona ganhos de sinergia relevantes, garantindo à companhia um custo de produção competitivo globalmente e forte geração de caixa mesmo em ciclos de baixa. A companhia é controlada pela Petrobrás e Novonor.

**DADOS OPERACIONAIS****Taxa de Utilização Brasil:** 74%**Taxa de Utilização México:** 44%**Taxa de Utilização EUA:** 74%**Provisões de Alagoas:** R\$ 4,7 bi*Fontes: Braskem | Elaboração: Suno Asset***BRISANET****DADOS: 2T25****Ticker:** BRST11**Setor:** Telecomunicações**Carrego de aquisição:** CDI + 2,88%**Duration:** 1,9 anos**Rating:** AA- (S&P)**Exposição:** 3,0%**DADOS FINANCEIROS****Receita Líquida:** R\$ 1.316 mi**EBITDA:** R\$ 579 mi**Dívida Líquida:** R\$ 891 mi**DL/EBITDA:** 1,54x**Comentário da Gestão**

A Brisanet é uma companhia do ramo de telecomunicações com atuação majoritária na região Nordeste do país. O foco de sua operação está no desenvolvimento das telefonias fixa e móvel, além da fibra óptica. Presente em quase 370 cidades, é uma das maiores companhias do segmento, com mais de 1,3 milhão de clientes.

**DADOS OPERACIONAIS****Casas Passadas:** 7.042 mil**Casas Conectadas:** 1.361 mil**Cobertura 4G/5G:** 6.561 mil hab**Cidade Atendidas (Fibra):** 158*Fontes: Brisanet | Elaboração: Suno Asset*

TERMINAL PORTUÁRIO DE SANTA CATARINA (TESC)**DADOS: 1S25****Ticker:** CJEN13**Setor:** Portos**Carrego de aquisição:** CDI + 2,62%**Duration:** 4,39 anos**Rating:** A+ (Fitch)**Exposição:** 5,7%**DADOS FINANCEIROS****Receita Líquida:** R\$ 152,7 mi**EBITDA anualizado:** R\$ 141 mi**Dívida Líquida:** R\$ 325,7 mi**DL/EBITDA anualizado:** 2,3x**DADOS OPERACIONAIS****Volume:** 3,2 milhões ton**Comentário da Gestão**

A Tesc – Terminal de Santa Catarina é um terminal portuário localizado no complexo de São Francisco do Sul (SC), com concessão iniciada em 1996 e renovada em 2017 até 2046. É ponto estratégico de interligação dos modais ferroviário e rodoviário para importação e exportação de componentes siderúrgicos, grânéis sólidos, carga geral e carga de projeto. Devido à localização, é importante ponto de escoamento da produção agropecuária nacional para os mercados asiático e europeu.

*Fontes: AgriBrasil | Elaboração: Suno Asset***IGUÁ RIO****DADOS: 2T25****Ticker:** IRJS14**Setor:** Saneamento**Carrego de aquisição:** CDI + 1,83%**Duration:** 7,6 anos**Rating:** AAA (S&P)**Exposição:** 3,5%**DADOS FINANCEIROS****Receita Líquida:** R\$ 406,5 mi**EBITDA:** R\$ 166 mi**Dívida Líquida:** R\$ 8 bi**DL/EBITDA:** 12x**DADOS OPERACIONAIS****Economias Faturadas:** 701,5 mil**Volume Faturado:** 38,4 mi m³**Índices de perdas:** 13,8 mil boe/d**Vencimento:** 2057**Comentário da Gestão**

A Iguaçu Rio pertence ao grupo Iguaçu Saneamento e é responsável pela concessão de saneamento na cidade do Rio de Janeiro, nas regiões da Barra e Jacarepaguá. Cerca de 1,2 milhões de pessoas podem ser beneficiadas com os serviços da empresa, a partir de um contrato de concessão de 35 anos de prazo.

Fontes: Enauta | Elaboração: Suno Asset

HOLDING DO ARAGUAIA**DADOS: 2T25****Ticker:** HARG11**Setor:** Rodovias**Carrego de aquisição:** CDI + 2,37%**Duration:** 5,6 anos**Rating:** AAA (S&P)**Exposição:** 2,6%**DADOS FINANCEIROS****Receita Líquida:** R\$ 370,6 mi**EBITDA Ajustado:** R\$ 173,9 mi**Dívida Líquida:** R\$ 2.485,1 mi**DL/EBITDA Anualizado:** 7,15x**Comentário da Gestão**

A Holding do Araguaia é uma subsidiária da Ecorodovias, e tem por objetivo explorar a concessão rodoviária de três trechos nas BRs-153, 080 e 414, nos estados do Tocantins e Goiás. A extensão total é de 850 km sob concessão. Sua atuação consiste na duplicação de vias, recuperação e manutenção do pavimento, além de obras e melhorias de segurança para as rodovias.

**DADOS OPERACIONAIS****Fluxo:** 20.284 mil pagantes**Tarifa média:** R\$ 10,65**Capex:** R\$ 177,8 mi*Fontes: Ecorodovias | Elaboração: Suno Asset***NORTE ENERGIA****DADOS: 2T25****Ticker:** NTEN11**Setor:** Energia Elétrica**Carrego de aquisição:** CDI + 2,19%**Duration:** 2,3 anos**Rating:** A (Fitch)**Exposição:** 3,5%**DADOS FINANCEIROS****Receita Líquida:** R\$ 5,73 bi**EBITDA:** R\$ 2,75 bi**Dívida Líquida:** R\$ 27,8 bi**DL/EBITDA Anualizado:** 10,1x**Comentário da Gestão**

A Norte Energia é a operadora privada que detém a concessão da Usina Hidrelétrica Belo Monte, a 5ª maior hidrelétrica do mundo e a maior 100% nacional. A usina tem capacidade instalada de 11.233,1 MW e Garantia Física Total de 4.571 MWm, podendo atender a demanda de 60 milhões de brasileiros, sendo responsável por gerar até 10% da energia brasileira.

**DADOS OPERACIONAIS****Garantia Física:** 4.571 MW**Energia Gerada:** 2.659 GWm**Energia Contratada:** 80% via PPA**Fim da Concessão:** 2045*Fontes: Norte Energia S.A. | Elaboração: Suno Asset*

ROTA DOS GRÃOS

DADOS: 2024

**Ticker:** RGRA11**Setor:** Rodovias**Carrego de aquisição:** CDI + 2,63%**Duration:** 7,1 anos**Rating:** A+ (Moody's)**Exposição:** 5,2%

DADOS FINANCEIROS

Receita Líquida: R\$ 45,7 mi**Trecho sob concessão:** 140,6 km**EBITDA:** R\$ 15,5 mi**Tarifa:** R\$ 10,4**Dívida Líquida:** R\$ 81 mi**Capex:** R\$19,32 mi**DL/EBITDA Anualizado:** 5,2x

Comentário da Gestão

A Rota dos Grãos é a concessionária que opera o trecho de 140,6 km da rodovia entre Primavera do Leste e Paranatinga, no estado de Mato Grosso. A via é uma importante rota de escoamento da produção agropecuária do estado. Com operação e pedagiamento iniciados em 2022, a atuação da concessão consiste na duplicação de vias, recuperação e manutenção do pavimento, além de obras e melhorias de segurança para a rodovia.

Fontes: Rota dos Grãos | Elaboração: Suno Asset

UTE GNA I

DADOS: 2T25

**Ticker:** UNEG11**Setor:** Energia Elétrica**Carrego de aquisição:** CDI + 2,83%**Duration:** 7 anos**Rating:** A (S&P)**Exposição:** 4,7%

DADOS FINANCEIROS

Receita Líquida: R\$ 287,8 mi**Capacidade Instalada:** 1.3 GW**EBITDA:** R\$ 146,7 mi**Energia Gerada:** 357 GW med**Disponibilidade da usina:** 97%**Fim do PPA:** 2044

DADOS OPERACIONAIS

Comentário da Gestão

A UTE GNA I é uma usina termelétrica localizada no município de São João da Barra, no Rio de Janeiro. É composta por três turbinas a gás e uma turbina a vapor que, juntas, são responsáveis por gerar 1,3 GW em ciclo combinado. A GNA é uma joint venture entre a Prumo Logística, bp, Siemens e SPIC Brasil, dedicada ao desenvolvimento, implantação e operação de projetos sustentáveis de energia e gás no país.

Fontes: GNA | Elaboração: Suno Asset

CONHEÇA TODOS OS NOSSOS FUNDOS DE INVESTIMENTO



Primeiro Fiagro-Híbrido da bolsa brasileira, lançado ao mercado em agosto de 2022. Investe em terras logísticas voltadas ao agronegócio e ativos de crédito para o setor.



Fundo de Fundos que investe em mais de 30 outros FIs da bolsa e em centenas de ativos imobiliários por todo o país. Uma maneira descomplicada de aplicar no setor.



Fundo de Papel de risco moderado. Sua principal característica é entregar retornos consistentes aos cotistas, com rendimentos comparados a fundos de alto risco.



Primeiro FII de Energias Limpas da bolsa brasileira. Atualmente está em período de *lock-up* de cotas. A previsão da liberação de negociação é para dezembro de 2023.



Fundo Imobiliário de Tijolo que está em processo de reestruturação. Em seu portfólio há imóveis alugados para empresas como Ambev, Ceratti, Itambé e Volkswagen.



Fundo de Investimento em Ações que utiliza como referência as carteiras recomendadas da Suno Research. Exposição em ativos de Valor, Dividendos, Small Caps e Internacional.



Fundo de Previdência Privada que investe em ações, com exposição muito similar ao SUNO FIC FIA. Conta com os benefícios tributários de uma Previdência, investindo em ações.



Fundo de Investimento em Ações, com exposição em ações globais listadas no Brasil ou nas bolsas dos EUA. Investe nas maiores empresas do mundo.



FII Multiestratégia da Suno Asset. Fundo com locação multidimensional, o que elimina o esforço do cotista. Uma forma de buscar a simplificação máxima da estratégia imobiliária.

LIVE MENSAL

Acesse o formulário e envie suas dúvidas a respeito do nosso fundo para serem respondidas em *lives* mensais no canal da Suno Asset no Youtube.

Enviar dúvidas



Não deixe de nos acompanhar nas redes sociais!





SNID11

SUNO INFRA DEBÊNTURES FI EM COTAS DE
FUNDOS INCENTIVADOS DE INVESTIMENTO
EM INFRA RENDA FIXA CP

Aviso/Disclaimer:

"Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. É recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e do regulamento do fundo de investimento pelo investidor ao aplicar seus recursos. Os investidores devem estar preparados para aceitar os riscos inerentes aos diversos mercados em que os fundos de investimento atuam e, conseqüentemente, possíveis variações no patrimônio investido. O Administrador não se responsabiliza por erros ou omissões neste material, bem como pelo uso das informações nele contidas. Adicionalmente, o Administrador não se responsabiliza por decisões dos investidores acerca do tema contido neste material nem por ato ou fato de profissionais e especialistas por ele consultados.

Este material não tem relação com objetivos específicos de investimentos, situação financeira ou necessidade particular de qualquer destinatário específico, não devendo servir como única fonte de informações no processo decisório do investidor, que, antes de decidir, deverá realizar, preferencialmente com a ajuda de um profissional devidamente qualificado, uma avaliação minuciosa do produto e respectivos riscos face a seus objetivos pessoais e a sua tolerância ao risco (Suitability)."